

Síntese e recomendações do 4º Forum Costeiro e Marinho

Recomendações de ordem geral

1. Analisar as medidas a serem tomadas tanto ao nível dos Estados como dos actores para o seguimento e a implementação das recomendações dos Fora
2. Melhorar a visibilidade do PRCM junto a todos os actores
3. Reforçar as capacidades dos países para o seguimento e a implementação dos engajamentos internacionais, nomeadamente através da promoção e seguimento dos seus instrumentos específicos (estratégias e planos) e da sua tomada em conta sistemática nas estratégias de redução da pobreza
4. Aproveitar do ano internacional da biodiversidade em 2010, para organizar uma manifestação conjunta das diferentes redes (RAMPAO, BIOMAC, Rede dos parlamentares, redes dos utentes ...) acompanhada por uma acção forte de comunicação e advocacia
5. Tomar em conta a problemática da pobreza e promover a implementação de alternativas duráveis para as comunidades
6. No conjunto das iniciativas do PRCM, dar uma tenção prioritária ao problema da migração dos pescadores e dos outros actores da pesca na subregião
7. Dar uma maior atenção aos problemas da poluição pelos produtos petrolíferos e efluentes industriais e os seus impactos sobre os recursos naturais
8. Encorajar de forma sistemática a disponibilização de bolsas de estudos ligadas aos domínios de intervenção do PRCM

Relativamente à governação do PRCM

9. Elaborar e divulgar um anuário das instituições parceiras e dos projectos apoiados pelo PRCM
10. Promover o desenvolvimento dos mecanismos de financiamento durável da conservação, nomeadamente através da implementação de fundos fiduciários, assim como da valorização das contribuições dos parceiros envolvidos e dos actores locais nos processos de conservação e valorização em curso
11. Melhorar a governação no seio do PRCM através duma representação mais equitativa dos actores no seio do comité de pilotagem do PRCM, incluindo dos representantes das instituições e das organizações nacionais e locais, assim como da adopção de critérios de elegibilidade e de recrutamento mais equitativos e transparentes

No quadro da componente Conservação (APM, conservação dos habitats e das espécies ameaçadas) recomenda-se

12. Garantir o apoio do PRCM aos diferentes Estados para que estabeleçam quadros institucionais e jurídicos apropriados para a criação e gestão das APM.
 13. Que os estados e o PRCM apoiem financeiramente as APM, particularmente ao nível local, com especial ênfase no desenvolvimento de mecanismos de financiamento durável
 14. Promover a descentralização da gestão das APM para as comunidades de base; produzir recomendações práticas sobre as modalidades de acesso e de governação, particularmente no sentido de evitar o acesso livre aos recursos e aos espaços naturais da sub-região.
 15. Apoiar a valorização do património cultural e dos modos tradicionais de gestão, assim como as áreas de conservação comunitárias.
 16. Reforçar os laços com programas temáticos da CBD, nomeadamente aqueles que focam a biodiversidade marinha e costeira, a biodiversidade insular, ou questões intersectoriais pertinentes, tais como as áreas protegidas, os conhecimentos tradicionais, o turismo e a biodiversidade, etc.
 17. Reforçar as acções de conservação de áreas marinhas, tendo por inspiração experiências realizadas noutros países, nomeadamente para a criação de APM oceânicas e a protecção de zonas de *upwelling*.
 18. Promover acções que visem proteger certas espécies e habitats-chave, tais como as pradarias submarinas, a flora, os cetáceos, os corais, os montes submarinos...
 19. Desenvolver relações com o sector privado ; nomeadamente estabelecer o diálogo com o sector mineiro, turístico e outros parceiros relevantes.
 20. Promover a assinatura do *memorandum* sobre os cetáceos e os manatins da costa africana pelos parceiros do PRCM.
 21. Apoiar as acções que visem um melhor conhecimento dos recursos, no quadro dos processos de criação das APM.
 22. Avaliar os diversos instrumentos de gestão da biodiversidade e partilhar a informação sobre a sua implementação.
 23. Empenhar-se junto com as organizações do fundadoras do PRCM, para a conservação dos cetaceos e encorajar os Estados a pronunciar-se em favor da sua protecção no quadro da comissão baleeira internacional e a banir qualquer iperação de captura para fis comerciais
- Empenhar o PRCM, com as suas organizações fundadoras, na conservação dos cetáceos e encorajar os Estados para que se pronunciem em favor da sua protecção no quadro da comissão baleeira internacional, banindo todas as capturas com fins comerciais.

No que diz respeito à componente Gestão Sustentável das Pescas

24. Promover a co-gestão dos recursos naturais, nomeadamente das pescas, de forma a favorecer um melhor envolvimento dos intervenientes da base, particularmente as organizações de mulheres e de jovens.
25. Implicar as organizações profissionais, aos mais diferentes níveis, nas acções de conservação dos recursos naturais e de gestão das pescas.
26. Promover a diversificação dos instrumentos de gestão dos recursos haliaêuticos, nomeadamente os recifes artificiais (implementando uma vigilância de proximidade)
27. Incluir nos projectos, de forma mais sistemática, as preocupações relativas ao melhoramento das condições de trabalho dos pescadores e das mulheres transformadoras de pescado.
28. Organizar uma iniciativa de advocacia, em conjunto com os parceiros do PRCM, com o objectivo de banir a importação e a utilização de redes não biodegradáveis e promover as técnicas e métodos de pesca sustentáveis.
29. Dar uma atenção particular às questões de segurança dos pescadores no mar (desenvolver um programa de formação e sensibilizar para o uso de coletes salva-vidas e a necessidade de manter a bordo equipamentos de sinalização adequados).
30. Promover a vigilância participativa de forma a reduzir a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada.
31. Promover uma reflexão sobre o futuro das embarcações de pesca artesanal, nomeadamente no que concerne as potencialidades da propulsão à vela.
32. Estudar o impacto da transformação dos produtos da pesca sobre os mangais.

No que diz respeito à componente Apoio aos Processos de Gestão Integrada

33. Garantir a criação e operacionalidade de uma rede inter-universitária que assegure a continuidade das acções e dos sucessos do projecto « bilan prospectif ».
34. Implicar os actores do PREE de forma a levarem os Estados a incluírem as preocupações ligadas ao ambiente das zonas marinhas e costeiras da sub-região nos processos de revisão dos curricula.
35. Promover o reforço das capacidades técnicas e humanas (equipamentos adequados, reforço da competência dos investigadores e de outros intervenientes da sub-região) para o seguimento e a minimização dos efeitos das alterações climáticas no litoral oeste africano.
36. Apoiar as dinâmicas criadas e reforçar as capacidades dos intervenientes, favorecendo uma abordagem de gestão integrada ao nível local, nacional e sub-regional.

37. Reforçar as competências dos decisores políticos, nomeadamente dos parlamentares, para que as alterações climáticas sejam cada vez mais tomadas em conta nas decisões políticas das diferentes nações.
38. Implicar cada vez mais os jovens nas actividades do PRCM, através dos instrumentos de comunicação, de diálogo e de concertação.
39. Favorecer um maior envolvimento dos actores do PRCM na organização das iniciativas ligadas ao Dia Mundial dos Oceanos.
40. Promover a implementação de mecanismos de protecção do litoral em face dos riscos de poluição associados ao transporte de produtos petrolíferos (PSSA, etc.).
41. Encorajar o Programa Mar de Wadden para que prossiga a cooperação com os actores do PRCM.